

# ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO NAS REGIÕES METROPOLITANAS DE SALVADOR E RECIFE, ENTRE 2002 E 2018

Emilly Lima de Matos<sup>1</sup>  
Naisy Silva Soares<sup>2</sup>  
Vitor Luiz Silva de Oliveira<sup>3</sup>  
Aniram Lins Cavalcante<sup>4</sup>

## RESUMO

Estudos revelam o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho em todo o mundo ao longo dos últimos anos. Dados do IBGE mostram um elevado crescimento na população ocupada feminina em todo o Brasil. Estudos revelam que a entrada da mulher no mercado de trabalho está relacionada a fatores como custo de vida, salário e nível de escolaridade. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo analisar a participação da mulher no mercado de trabalho entre o período de 2002 a 2018 nas Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife. Para as análises realizadas foram utilizados dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Foram ajustados modelos de regressão múltipla pelo método mínimos quadrados ordinários. Verificou-se que nas duas regiões, a população ocupada feminina cresceu a taxas maiores que a masculina e as variáveis concluintes femininas no ensino superior no Brasil, taxa de desemprego no país e salário mínimo são as principais variáveis para explicar a participação feminina no mercado de trabalho nessas regiões metropolitanas brasileiras.

**Palavras-chave:** Regressão múltipla; Mínimos quadrados ordinários; Taxa geométrica de crescimento.

## ANALYSIS OF WOMEN'S PARTICIPATION IN THE LABOR MARKET IN THE METROPOLITAN REGIONS OF SALVADOR AND REEF BETWEEN 2002 AND 2018

## ABSTRACT

Studies reveal the growth of female participation in the labor market worldwide over the last few years. The IBGE data show a high growth in the female employed population throughout Brazil. Women's entry into the labor market is related to factors such as cost of living, salary and level of education. Thus, the present study aims to analyze the participation of women in the labor market from 2002 to 2018 in the metropolitan regions of Salvador and Recife. Secondary data from the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Banco Central do Brasil (BCB), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Multiple regression models were

<sup>1</sup> Mestre em economia regional e políticas públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: emilly.mattos@hotmail.com

<sup>2</sup> Professora do departamento de ciências econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: naisysilva@yahoo.com.br

<sup>3</sup> E-mail: Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA). E-mail: vitorsman@hotmail.com

<sup>4</sup> Pós-doutoranda no departamento de ciências econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz. E-mail: anyranlyns@yahoo.com.br



adjusted by the ordinary least squares method. It was found that in these regions, the female employed population grew at higher rates than the male and female graduating variables in higher education in Brazil, the unemployment rate in the country and the minimum wage are the main variables to explain female participation in the market in these Brazilian metropolitan regions.

**Keywords:** Multiple Regression; Ordinary least squares; Geometric rate of growth.

**JEL:** J21; J71; J78.

## 1 INTRODUÇÃO

Estudos apontam que participação feminina no mercado de trabalho reflete de maneira positiva no crescimento econômico e nos índices de desenvolvimento. No Brasil entre 1979 e 1989 houve um aumento da população economicamente ativa de 39,6% para 43,3% (IBGE) e a entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho após o ano de 1970 influenciou esse aumento. Ao final dos anos 80, “mais de um terço da população economicamente ativa do país era composto por mulheres” (BALTAR, 2008, p. 240).

Entretanto, maiores disparidades nas taxas de participação no mercado de trabalho entre homens e mulheres contribuem para a desigualdade de ganhos entre os sexos, especialmente quando as mulheres são mais propensas a trabalhar no mercado informal, onde os ganhos são mais baixos e os tributos e impostos não são arrecadados, comprometendo o acesso destas aos direitos trabalhistas. Outro ponto evidenciado na maioria dos países capitalistas é a grande diferença salarial em razão do gênero, acentuando ainda mais a desigualdade de renda (BALTAR, 2008).

De acordo com os relatórios do Fundo Monetário Internacional (2015), há uma relação positiva entre igualdade de gênero, educação e PIB per capita, uma vez que a igualdade de renda entre os gêneros propicia a estabilidade macroeconômica (GONZALES, 2015). Nos países onde se enfrenta a escassez na mão-de-obra, o aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho pode proporcionar maior estabilidade ao suprir a necessidade da força de trabalho. Como reitera Gonzales (2015), a desigualdade de renda também impede o crescimento econômico por promover o subinvestimento em capital físico e humano.

Outra lacuna existente está entre as oportunidades de acesso à educação dada aos homens e às mulheres. Estas ainda são as principais responsáveis pelas atividades do lar, tendo que conciliar os estudos com as tarefas domésticas e os

cuidados com os filhos. Devido a este acúmulo de atividade muitas abandonam a escola e dedicam-se integralmente ao lar. O afastamento da mulher da sala de aula compromete diretamente a diversificação e a inovação no país, pois sem educação e oportunidade de emprego há uma exclusão de um grupo de talento que poderia agregar no crescimento e desenvolvimento da economia. Em contrapartida, segundo Gonzales (2015), as mulheres são mais inclinadas que os homens a investir uma grande proporção da renda familiar na educação de seus filhos. Estes, mais qualificados, tornam-se mais preparados para o mercado de trabalho e contribuem para o crescimento do país.

Nas diversas regiões metropolitanas que configuram o cenário brasileiro, as diferenças nos resultados econômicos podem ser uma consequência de oportunidades desiguais e condições distintas para homens e mulheres, meninos e meninas. Maior desigualdade de renda e riqueza pode levar ao subinvestimento em capital físico e humano e tem sido associado a níveis mais baixos de mobilidade através de gerações (GONZALES, 2015, p. 5).

Nesse contexto surge o seguinte questionamento: quais as variáveis que influenciam a entrada e permanência da mulher no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas de Salvador e Recife?

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a participação feminina na força de trabalho em relação às variáveis selecionadas. Ressalta-se que o presente estudo torna-se importante no sentido de fornecer subsídios para elaboração de políticas públicas para uma maior participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro.

## 2 METODOLOGIA

Na presente seção apresentam-se uma descrição dos modelos estimados e as fontes de dados utilizadas, sendo que todos os modelos foram ajustados pelo método mínimo quadrados ordinários (MQO) e estão na forma logarítmica para que os resultados expressem as elasticidades.

Para analisar o comportamento da participação da mulher na força de trabalho das referidas regiões foi ajustado um modelo econométrico, conforme equação (1) e realizada uma análise gráfica (GUJARATI, 2000).

$$Y = a \cdot e^{bt} \cdot \varepsilon_t \tag{1}$$

em que  $y$  = variável dependente (população ocupada feminina no mercado de trabalho);  $T$  = tempo;  $a$  e  $b$  = parâmetros a serem estimados.

Aplicando a forma logarítmica, tem-se a equação 2:

$$\text{Log}Y = \text{Log}a + bT$$

$$\text{Log}Y = (1 + 1) = b \quad (2)$$

$$1 + r = \text{antilog}(b)$$

$$r = \text{antilog}(b) - 1$$

Deste modo, a TGC em percentual foi obtida pela equação 3.

$$R = [\text{antilog}(b) - 1] * 100 \quad (3)$$

Foi ajustado, também, um modelo econométrico para analisar a sensibilidade da participação da mulher na força de trabalho nas Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife, pelo método Mínimos Quadrados Ordinários, conforme equações.

- Região Metropolitana de Salvador

$$\log(\text{pofs}) \text{ c } \log(\text{esufbr}) \log(\text{sm}) \log(\text{ccbb}) \log(\text{tdb}) \quad (4)$$

$$\log(\text{pofs}) \text{ c } \log(\text{esufbr}) \log(\text{sm}) \log(\text{ccbb}) \quad (5)$$

- Região Metropolitana de Recife

$$\log(\text{pofr}) \text{ c } \log(\text{esufbr}) \log(\text{sm}) \log(\text{ccbb}) \log(\text{tdb}) \quad (6)$$

Em que:

POFS = População Ocupada Feminina na Região Metropolitana de Salvador, em número de pessoas;

POFR = População Ocupada Feminina na Região Metropolitana de Recife, em número de pessoas;

CCBB= Custo da cesta básica no Brasil, em R\$;

CCBS= Custo da cesta básica na Região Metropolitana de Salvador, em R\$;

ESUFBr = Concluintes femininas no ensino superior no Brasil, em número de pessoas;

SM= Salário mínimo

TDB= Taxa de desemprego no Brasil

T=Tendência

Ln=logaritmo neperiano

$\beta's$ =parâmetros a serem estimados

Cada região metropolitana foi analisada isoladamente no sentido de determinar a variável que tem maior influência sobre a população ocupada feminina da referida região.

Para as análises realizadas foram utilizados dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Banco Central do Brasil (BCB), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Os dados são trimestrais do período de 2002 a 2018 e referem-se ao Brasil. Não se trabalhou com um período maior, pois alguns dados não estavam disponíveis e por entender que o período considerado é representativo para as análises realizadas e permitem responder aos objetivos propostos.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 observa-se o comportamento da população ocupada nas Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife entre os anos de 2002 a 2018. A taxa geométrica de crescimento apresenta o percentual de incremento médio trimestral nessas regiões, estimada conforme equação (3).

Tabela 1 – Taxa geométrica de crescimento (TGC) da população ocupada nas Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife de 2002 a 2018

Itens	TGC (% ao trimestre)	
	POR	POS
Feminina	0,58*	0,79 *
Masculina	0,37 *	0,4 *
<b>Total</b>	0,46 *	0,5 *

Fonte: Dados da Pesquisa. Todos foram significativos a 1%.

Com base na Tabela 1 foi possível observar um crescimento da população ocupada em ambas as regiões metropolitanas, entre os anos de 2002 e 2018, tendo destaque a Regiões Metropolitanas de Salvador, pois apresentou maiores taxas de crescimento. Nessa região a população ocupada total cresceu a uma taxa média de 5% ao trimestre.

Constata-se também que nas duas regiões a população ocupada feminina cresceu a taxas maiores que a masculina. Esse crescimento da população ocupada

pode ser explicado pelo aumento da população em idade de trabalhar visto que a população brasileira cresceu há uma taxa média de 0,77% entre 2016 e 2017 (IBGE, 2018).

Quanto ao aumento da população ocupada feminina, pode ser explicada por pelo menos dois fatores. Primeiro, o aumento da inflação que no mês de junho de 2018 chegou a 1,26%, contribuindo para o aumento do preço da cesta básica em todo o Brasil. Segundo, o aumento do desemprego que no ano de 2018 chegou a taxa de 13,1%, afetando principalmente o chefe de família, fato este que levou a mulher a buscar por uma renda extra que custeasse o aumento das despesas do lar.

Além do aumento do preço dos bens de consumo e do desemprego, autores como Soares e Izaki (2002), Scorzafave (2006) e Cirino (2011) destacam o nível educacional como fator que contribui para a inserção da mulher no mercado de trabalho. De acordo com dados da Sinopse Estatística da Educação do Ministério da Educação, no ano de 2002 o número de concluintes do ensino superior em todo Brasil totalizava 172.951 estudantes do sexo masculino e 293.309 do sexo feminino, enquanto que no ano de 2016 esse número cresceu para 376.669 do sexo masculino e 562.063 do sexo feminino (MEC). Esses números revelam o aumento expressivo de mulheres que buscaram por qualificação profissional. Ainda segundo os autores, a qualificação profissional proporciona maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, pois “à medida que o agente econômico vai aumentando os seus anos de estudo, ele tende a apresentar melhores oportunidades de emprego e renda” (CIRINO, 2011, p. 166)

De acordo com o SIDUSCON-BA (Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia), o estado da Bahia apresentou um crescimento do emprego de carteira assinada nos últimos 10 anos principalmente devido ao avanço da construção civil, apresentando um crescimento de 154,4% nos empregos formais desse setor (SIDUSCON-BA).

### 3.2. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Nesta seção são apresentados os resultados das estimativas da equação estrutural da sensibilidade da força de trabalho feminina em relação às variações selecionadas, bem como as equações da sensibilidade da força de trabalho feminina nas regiões metropolitanas.

### 3.2.1 Regiões metropolitanas

Os resultados das estimativas da equação estrutural da sensibilidade da força de trabalho feminina em relação ao custo da cesta básica, ensino superior, taxa de desemprego e salário mínimo nas regiões metropolitanas analisadas estão na Tabela 2.

Tabela 2- Estimativa da equação da sensibilidade da participação feminina no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas brasileiras estudadas de 2002 a 2016

Variável explicativa	Descrição	Coefficiente estimado
Constante		6.241916*
Ln CCBB	Custo da Cesta Básica no Brasil	0.070416*
Ln ESUFBr	Concluintes Femininas no Ensino Superior no Brasil	0.142875*
Ln TDB	Taxa de desemprego no Brasil	-0.144112*
Ln SM	Salário Mínimo	0.147874*
R <sup>2</sup> = 0.992283		F=321.4431*

Fonte: Dados da Pesquisa. \* significativo a 1%.

As variáveis que melhor explicaram a variação da participação feminina no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas foram: o número de concluintes femininas no ensino superior no Brasil (ESUFBr), o custo da cesta básica (CCBB), o salário mínimo (SM) e a taxa de desemprego no Brasil (TDB). Os testes e os parâmetros estimados no modelo da participação feminina no mercado de trabalho estão expostos na Tabela 2.

O coeficiente de determinação (R<sup>2</sup>) de 0.992283 indica que 99,22% das variações ocorridas na participação da mulher no mercado de trabalho são explicadas pelas variáveis incluídas no modelo de regressão. Em todas as variáveis analisadas na Tabela 2 os coeficientes de variações explicativas foram significativos em nível de 1% de probabilidade (Tabela 2).

Os sinais dos coeficientes e regressão apresentaram-se coerentes com as teorias e conhecimentos empíricos. Os sinais positivos dos coeficientes das variações CCBB, ESUFBr e SM indicam que elas têm influência positiva na participação feminina no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas e o sinal negativo do coeficiente da variável TDB aponta relação inversa entre essas variáveis e a participação da mulher no mercado de trabalho (Tabela 2)

A estatística F, significativa em nível de 1% de probabilidade, sugere que as variáveis explicativas são, conjuntamente, significativas para explicar a participação feminina no mercado de trabalho.

Os resultados indicaram que o crescimento de 1% no custo da cesta básica provoca um aumento de 0,07% na população ocupada feminina. O resultado apresentado é coerente com o que Priore (1997) afirma sobre o aumento do custo de vida e a monetarização da economia, pois ambos têm influenciado no aumento do número de mulheres entrantes no mercado de trabalho, inicialmente para complementar a renda familiar e em especial quando elas são chefes de família (PRIORE, 1997).

Do mesmo modo, a elevação de 1% no número de concluintes femininas no ensino superior no Brasil aumenta a participação das mulheres em 0,142%. Azevedo (2000) ressalta que as mulheres estão mais preocupadas com sua qualificação profissional e nos últimos anos é possível observar uma elevação dos níveis de sua escolaridade segundo dados do Ministério da Educação e Cultura. De acordo com Menezes (2000) e Cirino (2011), a qualificação profissional facilita a entrada da mulher no mercado de trabalho, aumentando as oportunidades de emprego e renda (AZEVEDO, 2000).

Atrelado a esse fator, o aumento de 1% no salário mínimo nacional aumenta 0,147% a participação feminina no mercado de trabalho, pois estas sentem-se mais motivadas a trabalhar. Cirino (2011) reflete sobre este fato afirmando que há restrições que influenciam na decisão da entrada da mulher no mercado de trabalho. O autor afirma que:

[...] a decisão da participação feminina no mercado de trabalho no contexto do modelo de produção doméstica pode ser entendida a partir de um problema de maximização condicionada da utilidade domiciliar com duas restrições, sendo uma orçamentária e a outra de tempo disponível (CIRINO, 2011, p. 167).

Cirino (2011) também ressalta que a mulher optaria por participar do mercado de trabalho sempre que a sua taxa de salário real excedesse a produtividade das atividades desempenhadas em casa, ou seja, sempre que fosse financeiramente mais viável agregar renda, de modo satisfatório, a mulher optaria pelo mercado de trabalho e pelos benefícios que o acréscimo de renda traria para o desfrute do núcleo familiar.

Caso contrário, se a renda extra oferecida influencie de modo muito tímido na renda bruta familiar, a mulher optaria pela produtividade do lar como prioridade.

Destaca-se que, em razão de a produtividade do trabalho do lar encontrar-se acima da taxa de salário real, torna-se melhor para a mulher encontrar-se fora do mercado de trabalho, uma vez que a quantidade de bens produzidos no domicílio é superior àquela que poderia ser obtida mediante a aquisição de bens de mercado com a sua renda do trabalho em alguma atividade econômica (CIRINO, 2011, 168).

De acordo com Cirino, para que a entrada da mulher no mercado de trabalho seja apropriada, com base nos dados apresentados em seu trabalho, deve-se avaliar se a rentabilidade acrescida em consequência de sua ausência na produção doméstica é positiva para o núcleo familiar.

Em suma, a regra de participação feminina no mercado de trabalho com base no modelo de produção doméstica é a seguinte: a mulher estará na força de trabalho sempre que a sua taxa de salário real (produtividade marginal em termos de possibilidade de consumo de bens de mercado) exceder, em dado momento, tanto a produtividade marginal do trabalho doméstico quanto o salário de reserva de tal agente (quanto este exige de remuneração adicional para privar-se de uma hora de lazer quando não está trabalhando (CIRINO, 2011, 169).

No entanto, o aumento do desemprego no Brasil em 1% reduz 0,144% a população ocupada feminina nas regiões metropolitanas analisadas, pois em tempos de crise estas são as primeiras a serem dispensadas. Além disso, Corrêa e Correia (2016) explicam que há um forte traço cultural que tenta ditar o espaço que a mulher deve atuar no mercado de trabalho e na sociedade. A mulher sempre foi vista como a cuidadora do lar, dos filhos e do marido, e que apesar de muito se falar sobre igualdade entre homens e mulheres no mercado, esta realidade é utópica, em especial quando ainda ocorrem as discrepâncias salariais como enfatizado por Cirino (2011). As autoras Corrêa e Correia expressam a situação profissional feminina da seguinte forma:

Inseridas no mercado formal de trabalho de forma desigual aos homens, as mulheres tiveram sua força de trabalho subordinada aos interesses de mercado e aos interesses do patriarcado, pois, era explorada por sua condição de trabalhadora e de mulher. As mulheres recebem salários inferiores, enfrentam várias jornadas de trabalho (intra e extra-lar), ocupam os trabalhos mais precários, e também são historicamente a maioria dos índices de desemprego - perdem mais facilmente seus trabalhos em momentos de instabilidade econômica (CORRÊA; CORREIA, 2016, p.1).

Ainda segundo as autoras, entre 1995 e 2002, ao avaliar os índices de desemprego foi constatado uma maior taxa de desocupação de mulheres do que em relação aos homens, chegando a marca de 12,11% em 1999 em contraposição aos 7,9 % dos homens no mesmo ano. Na análise por elas proposta, é notável a diferença salarial entre homens em mulheres, além do fato de elas serem as mais afetadas pelo desemprego.

Além das mulheres representarem a maioria dentre os desempregados, em relação à renda, a desigualdade salarial também prevaleceu. Em 1995, primeiro ano de governo FHC, os homens possuíam um rendimento médio mensal de todos os trabalhos realizados de R\$1,151,00. Já as mulheres apresentaram um rendimento bem inferior de R\$721,00. Em 2002, o rendimento dos homens caiu para R\$1.016,00 e das mulheres houve perdas para R\$ 714,00. Após oito anos de governo, isto é, quase uma década de aprofundamento das políticas neoliberais, percebe-se a perda de conjunto do poder aquisitivo entre homens e mulheres, sendo que as mulheres continuaram com rendimento inferior aos homens. (CORRÊA; CORREIA, 2016, p.5).

Aquilini e Costa (2003), também ressalta que o desemprego feminino precisa ser discutido e combatido. Segundo os autores:

Note-se que o desemprego feminino é ainda “mais durável, menos visível e mais tolerado, mas difícil de se sair a partir dos instrumentos de medida estabelecidos”, não é considerado um problema social, o que nos convida a ver suas nuances, uma vez que as mulheres têm menor representação entre a população ativa e maior entre os desempregados, e “aos olhos da sociedade, ele (o desemprego feminino) é menos grave, menos perturbador e menos preocupante, onde nas políticas públicas de emprego, a luta contra o desemprego das mulheres jamais foi colocada como prioridade” (Maruani, 2000), ainda que já são provedoras ao menos de 25% dos domicílios brasileiros e, em outros tantos, sua contribuição à renda familiar é imprescindível (AQUILINI, 2003. p. 37).

Assim, verificou-se que a participação feminina no mercado de trabalho é menos sensível ao custo da cesta básica e mais sensível ao salário mínimo, seguido pela taxa de desemprego e qualificação profissional.

### **3.2.2 Região Metropolitana de Salvador**

Na Tabela 3 são apresentados os resultados das estimativas das equações da sensibilidade da força de trabalho feminina da Região Metropolitana de Salvador em relação às variações no custo da cesta básica, no número de concluintes femininas no ensino superior, no salário mínimo e na taxa de desemprego.

Tabela 3 - Estimativa da equação da sensibilidade da participação feminina no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador de 2002 a 2016

Variável explicativa	Descrição	Equação 4 Coeficiente estimado	Equação 5 Coeficiente estimado
Constante		2.281054*	2.058491*
Ln CCBR	Custo da Cesta Básica no Brasil	0.190473*	0.187219*
Ln ESUfBr	Concluintes Femininas no Ensino Superior no Brasil	0.195277*	0.195287*
Ln SM	Salário Mínimo	0.118774 <sup>ns</sup>	0.148260*
Ln TDBR	Taxa de desemprego no Brasil	-0.022224 <sup>ns</sup>	-
R <sup>2</sup>		0.948628	0.948281
F		46.16453	67.22870

Fonte: Dados da pesquisa. \* significativo a 1%; ns=não significativo.

A Equação 4 não apresentou bom ajuste para avaliar a sensibilidade da participação feminina no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, por apresentar resultados não significativos para salário mínimo e taxa de desemprego.

Na equação 5, o coeficiente de determinação (R<sup>2</sup>) de 0.948281 indica que 94% das variações ocorridas na participação da mulher no mercado de trabalho são explicadas pelas variáveis incluídas no modelo de regressão, devido a este resultado, as análises serão realizadas tendo esta equação como base. Em todas as variáveis analisadas na Tabela 3 os coeficientes de variações explicativas foram significativos em nível de 1% de probabilidade.

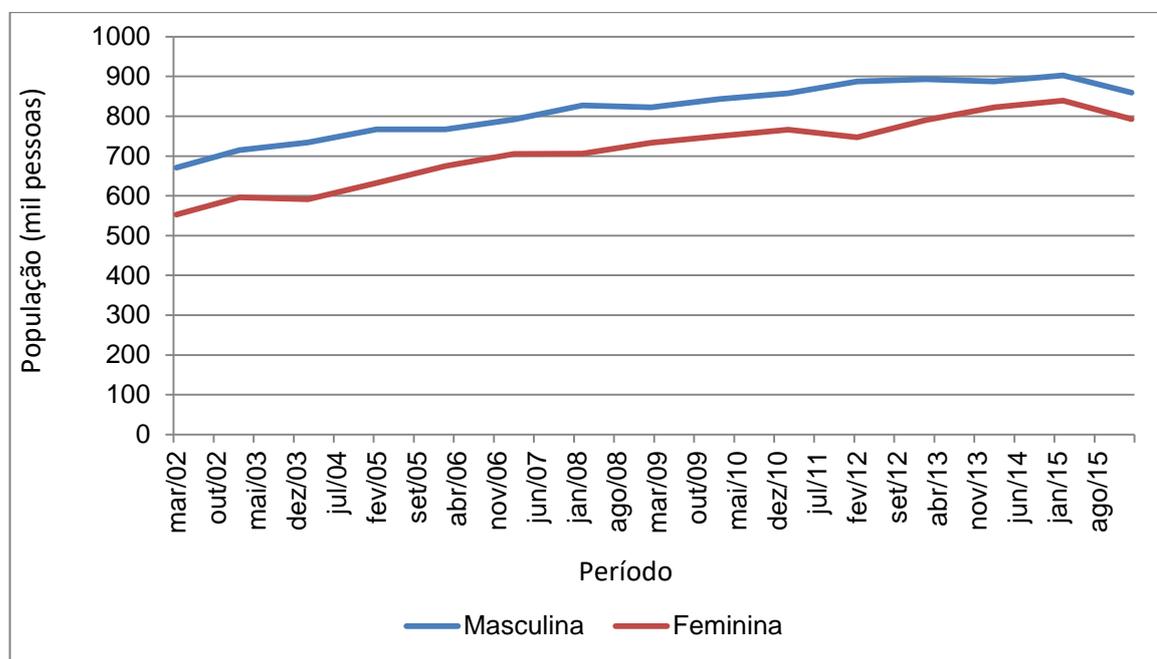
Os sinais dos coeficientes de regressão apresentaram-se coerentes com as teorias e conhecimentos empíricos. Os resultados indicaram que o crescimento de 1% no custo da cesta básica provoca um aumento de 0,18% na população ocupada feminina. O resultado apresentado é coerente com o que afirma Priore (1997).

Do mesmo modo, a elevação de 1% no número de concluintes femininas no ensino superior no Brasil e de 1% no salário mínimo nacional aumenta a participação das mulheres em 0,19% e 0,14%, respectivamente. Esses resultados afirmam os estudos apresentados por Azevedo (2000), Menezes (2000) e Cirino (2011).

É importante ressaltar que de acordo com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS) e do IBGE os índices da população ocupada na RMS têm crescido entre os anos de 2002 e 2018, apesar de ter ocorrido um pequeno declínio entre os anos de 2015 e 2017.

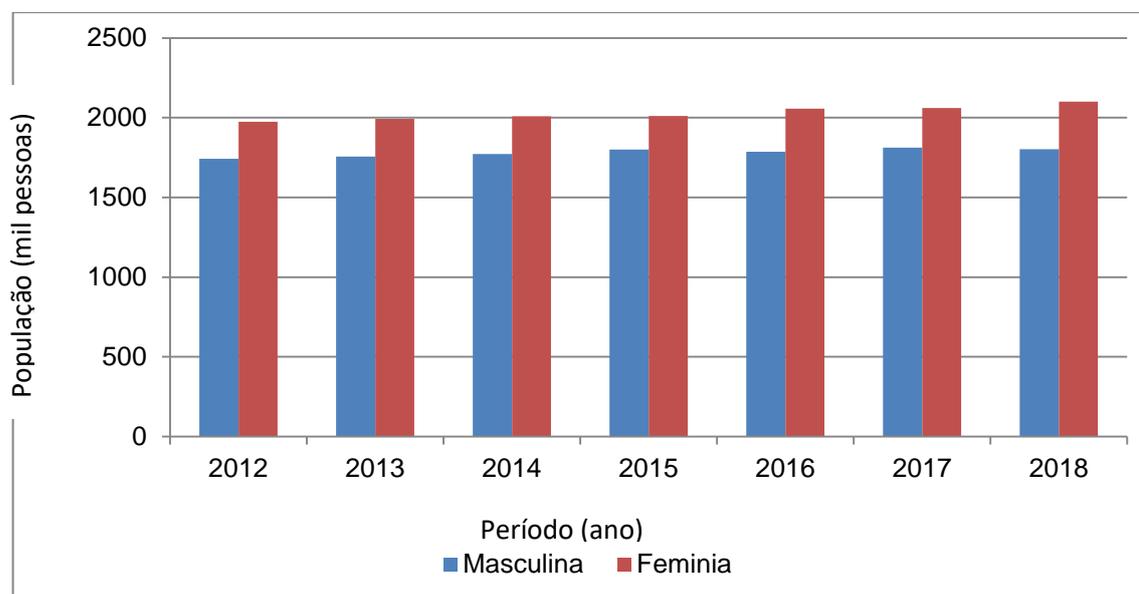
O Gráfico 1 apresenta a curva de crescimento da população ocupada feminina e masculina entre os anos de 2002 e 2018 na Região Metropolitana de Salvador. Apesar de ambas as curvas apresentarem comportamento crescente em todos os anos e da população feminina na RMS ser maior que a população masculina, a população ocupada feminina é inferior à população ocupada masculina na Região Metropolitana de Salvador. Esse dado denota que as mulheres encontram maiores dificuldades em ter acesso a postos de trabalho na RMS.

Gráfico 1 - População Ocupada por sexo na Região Metropolitana de Salvador entre os anos de 2002 a 2018.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestra (2018).

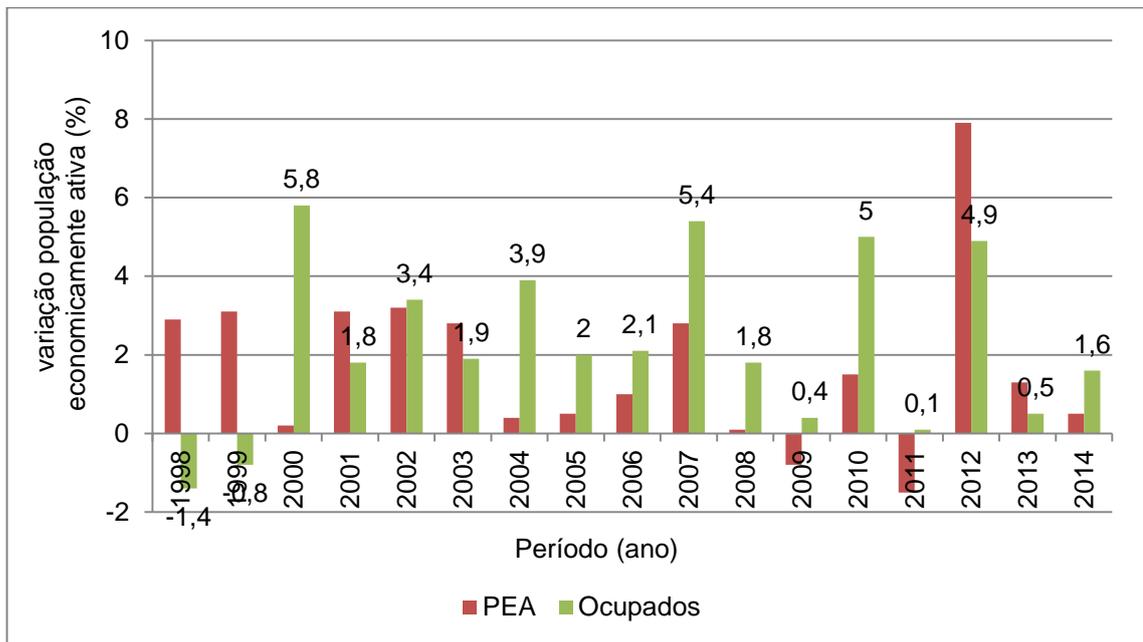
Gráfico 2 - População total por sexo na Região Metropolitana de Salvador entre os anos de 2012 a 2018



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2018).

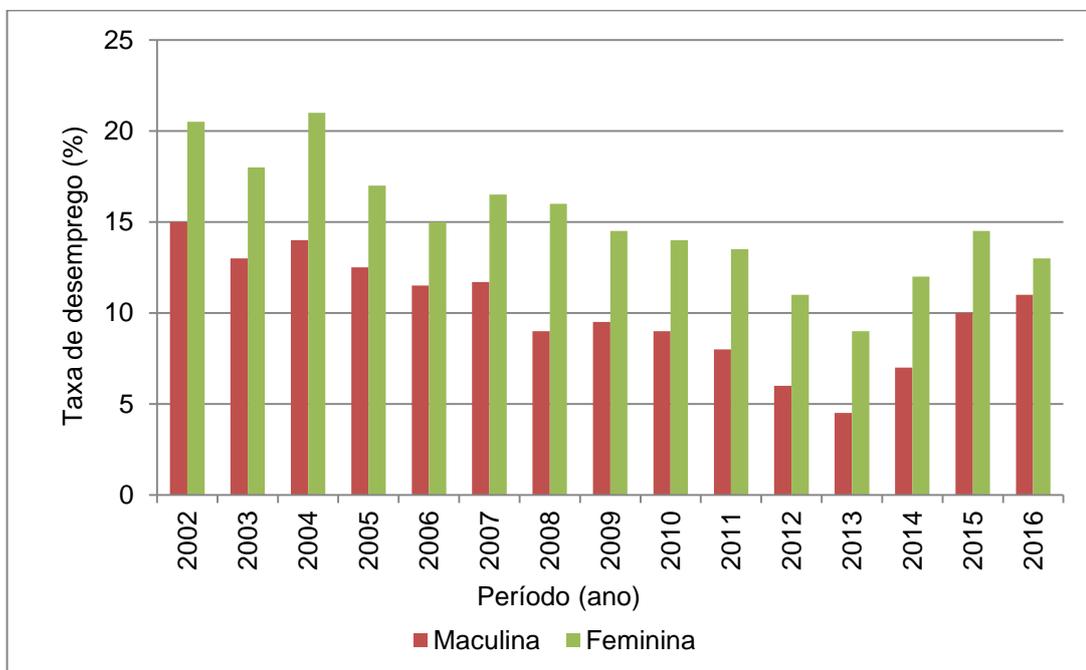
Na Figura 1 é possível observar que a lacuna existente entre a população economicamente ativa, a apta a trabalhar, e a população ocupada total têm diminuído ao longo dos anos na Região Metropolitana de Salvador. As novas ofertas de emprego superaram o número da população economicamente ativa resultando na diminuição do desemprego nessa região.

Figura 1 - Variação anual da População Economicamente Ativa e dos ocupados na Região Metropolitana de Salvador 1998-2014



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT.

Gráfico 3 - Taxas de Desemprego por sexo na Região Metropolitana de Salvador de 2002 a 2016



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (2017).

O comportamento da população ocupada e da taxa de desemprego podem ser explicados pelo crescimento dos setores da Construção Civil, que só no ano de

2014 criou 11 mil postos de emprego na região, pelo setor de serviços que criou 25 mil novos postos e o setor de Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, que gerou 4 mil vagas nesse mesmo ano (PED-RMS, 2014).

Na análise anual por posição na ocupação, observou-se que o contingente de assalariados cresceu 2,8%, o que representa a incorporação de 29 mil pessoas. Isso resulta dos aumentos no setor privado (28 mil ou 3,2%) e, em menor medida, no setor público (1 mil ou 0,7%). No segmento privado, o assalariamento com carteira de trabalho assinada cresceu (29 mil ou 3,8%) e o assalariamento sem carteira declinou (-3 mil ou -2,5%). Diminuiu o número de trabalhadores autônomos (-14 mil ou -4,6%). Em sentido contrário, ocorreu crescimento para os empregadores (4 mil ou 10,5%), domésticos (4 mil ou 3,3%) e demais posições ocupacionais – inclui donos de negócio familiar, trabalhadores familiares sem remuneração, profissionais liberais e outras posições ocupacionais (2 mil ou 8,3%) (PED, p. 3. 2014).

Contudo, mesmo havendo um aumento no número de postos de trabalho, muitas mulheres em idade de trabalhar nessa região continuam sem emprego, pois a população economicamente ativa feminina aumentou com maior intensidade. No ano de 2017 o desemprego feminino aumentou de 26,0% para 26,4%, em relação ao ano anterior, enquanto que a taxa de desemprego masculina diminuiu de 22,4% para 21,9% (PED-RMS. 2018). Com esses resultados a diferença entre as taxas de desemprego feminina e masculina tornaram-se ainda maiores na RMS.

Segundo o PED-RMS (2018), os setores em que houve aumento da participação feminina foram: Indústria de Transformação e Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas e Setor Público. Cabe ressaltar que os rendimentos médios das mulheres são inferiores ao dos homens em qualquer posição ou setor de atividade analisados pelo PED-RMS (PED-RMS, 2018).

### **3.2.3 Regiões metropolitana de Recife**

Foram analisados os resultados das estimativas da equação da sensibilidade da força de trabalho feminina na Região Metropolitana de Recife no número de concluintes femininas no ensino superior, na taxa de desemprego, no custo da cesta básica e no salário mínimo.

Tabela 4 - Estimativa da equação da sensibilidade da participação feminina no mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo de 2002 a 2016

<b>Variável explicativa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Equação 6 Coeficiente estimado</b>
Constante		6.232354*
Ln CCBR	Custo da Cesta Básica no Brasil	0.208933*
Ln ESUfBr	Concluintes Femininas no Ensino Superior no Brasil	-0.142019*
Ln SM	Salário Mínimo	0.174262*
Ln TDBR	Taxa de desemprego no Brasil	-0.109617*
R <sup>2</sup>		0.984067
F		154.4033

Fonte: Dados da pesquisa. \* significativo a 1%.

Na Equação 6 o coeficiente de determinação ( $R^2$ ) de 0.984067 indica que 98% das variações ocorridas na participação da mulher no mercado de trabalho são explicadas pelas variáveis incluídas no modelo de regressão. Em todas as variáveis analisadas na equação os coeficientes de variações explicativas foram significativos em nível de 1% de probabilidade.

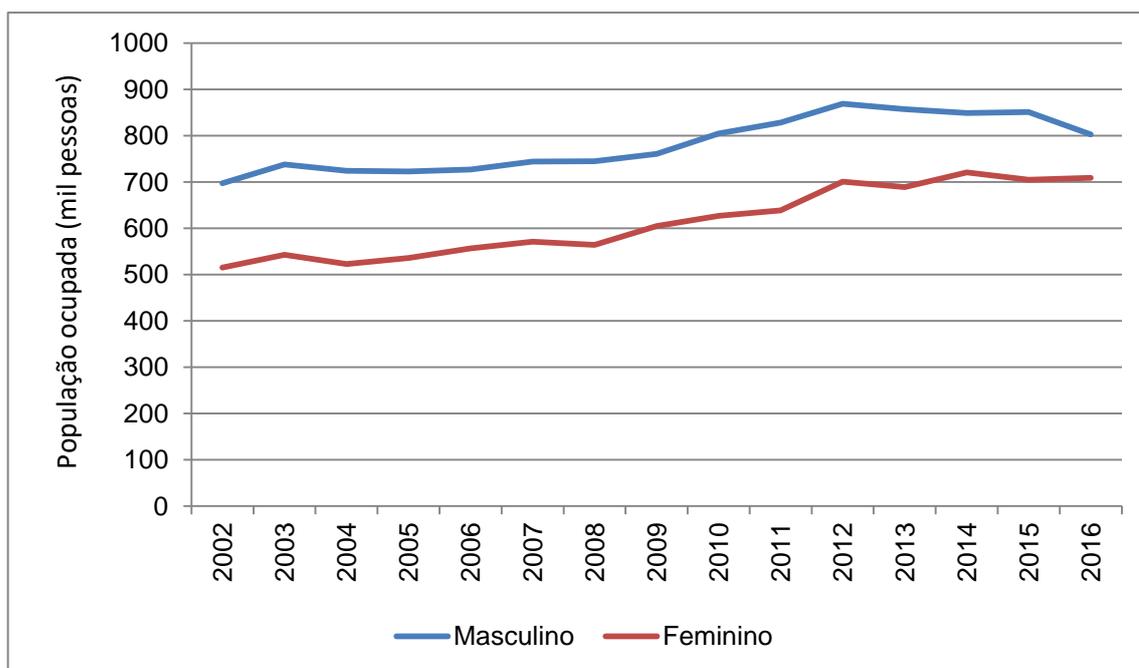
Nem todos os sinais dos coeficientes de regressão da equação 6 apresentaram-se coerentes com as teorias e estudos empíricos. Os resultados indicaram que o crescimento de 1% no custo da cesta básica provoca um aumento de 0,2% na população ocupada feminina. Enquanto que o aumento de 1% no número de concluintes femininas do ensino superior provoca uma diminuição de 0.14% na população ocupada feminina na região. Esse resultado é incoerente ao apresentado por estudiosos como Soares e Izaki (2002), Scorzafave (2006) e Cirino (2011), que em seus estudos apresentam que o nível educacional contribui de maneira positiva para a inserção e permanência da mulher no mercado de trabalho.

Por outro lado, esse resultado pode ser explicado pela migração regional. A hipótese é que um contingente de mulheres formadas no nível superior opte por sair dessa região em busca de oportunidade de emprego em outras regiões do país, visto que a principal atividade econômica da RMR é o turismo, que em suas diversas atividades não exige formação superior para atuação.

Além disso, o aumento de 1% no salário mínimo nacional acarreta um aumento de 0,17% na população ocupada feminina. Enquanto que o aumento de 1% no desemprego acarreta na diminuição de 0,10% da mão de obra feminina. Esses resultados são coerentes com os estudos de Priore (1997), Azevedo (2000), Menezes (2000) e Cirino (2011).

Quanto a população ocupada, a região apresentou crescimento entre os anos de 2012 e 2016. Após esse ano a RMR tem apresentado uma queda tanto população ocupada feminina quanto masculina.

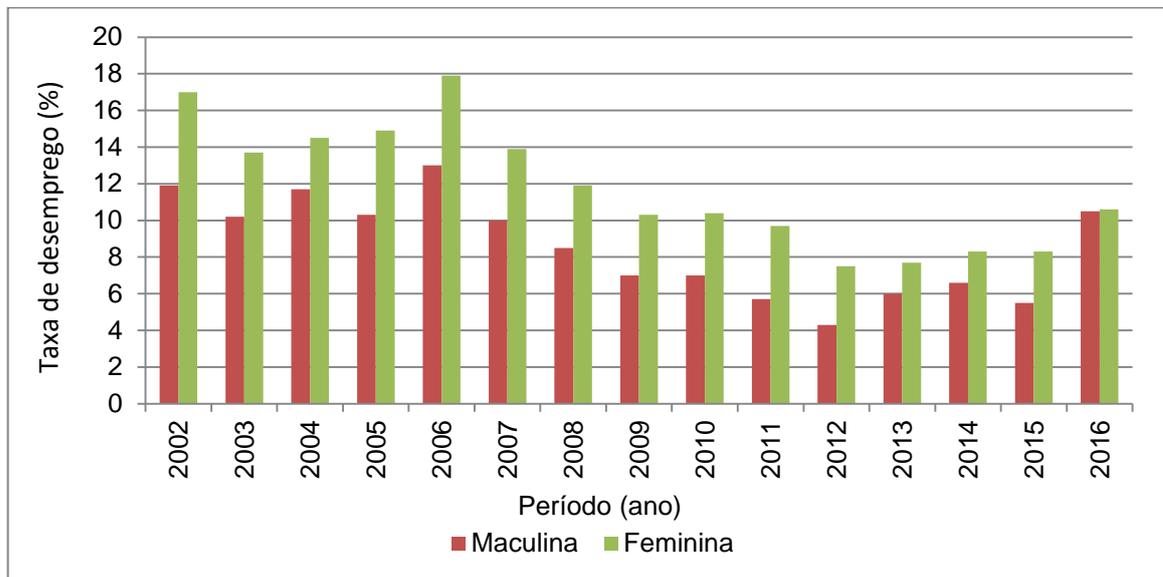
Gráfico 4 - População Ocupada por sexo na Região Metropolitana de Recife entre os anos de 2002 a 2018



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2018).

Um grande avanço na luta contra a desigualdade de gênero na região é observado na taxa de desemprego, que apesar de ter crescido nos últimos anos, apresenta uma lacuna cada vez menor entre homens e mulheres, revelando que a crise do desemprego atingiu a todos e não foi seletivo apenas à um gênero. No ano de 2002 a taxa de desemprego masculina chegou a 11,7%, enquanto que a feminina foi de 16,6%. Já no ano de 2016 a taxa de desemprego masculina era de 10,5% e a feminina 10,6%.

Gráfico 5 - Taxa de desemprego por sexo na Região Metropolitana de Recife entre os anos de 2002 a 2016



Fonte: IBGE Pesquisa Mensal do Emprego (2017).

#### 4 CONCLUSÃO

Apesar das desigualdades existentes, nas regiões metropolitanas analisadas a taxa geométrica de crescimento da população ocupada apresentou comportamento positivo, com maiores taxas para a população feminina. Esse dado indica que as mulheres estão ganhando cada vez mais espaço em uma área tipicamente masculina. E muitos são os fatores que podem explicar esse resultado, entre eles: o maior nível de escolaridade que possibilita a entrada e permanência no mercado de trabalho; os avanços tecnológicos em eletrodomésticos que auxiliam as mulheres nos cuidados da casa e o maior incentivo social para que a mulher assuma o papel de protagonista de sua própria vida.

Os coeficientes de determinação apresentados no referido estudo revelam que a participação da mulher no mercado de trabalho nas regiões metropolitanas é explicada pelas variáveis: custo da cesta básica; número de concluintes do ensino superior; salário mínimo e taxa de desemprego. Pois o aumento do custo de vida faz com que as mulheres busquem por um trabalho que complemente a renda familiar, o aumento do salário mínimo nacional é um incentivo e o nível de escolaridade abre portas para que elas tenham acesso e permaneçam no emprego. Em contra partida, o aumento da taxa de desemprego pode apresentar um efeito dual na participação feminina no mercado de trabalho. Uma vez que o desemprego atinge o provedor

principal da família, em sua maioria o homem, a mulher encontra-se na necessidade de buscar trabalho para manter o sustento de sua família. Por outro lado, em situações de crise e desemprego as mulheres são as primeiras a serem demitidas. Nas regiões em estudo, as variáveis número de concluintes do ensino superior, salário mínimo e custo da cesta básica no Brasil foram as mais relevantes na participação feminina no mercado de trabalho.

É indiscutível a relevância da participação feminina no mercado de trabalho para o crescimento e desenvolvimento do país e a necessidade de incentivo à políticas públicas que promovam a real equidade de direitos no mundo laboral. Sugere-se que trabalhos futuros sejam desenvolvidos no sentido de analisar a probabilidade de aumento das taxas de crescimento econômico com a participação da mulher no mercado de trabalho.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, SÉRGIO G. de; MENEZES, Wilson Ferreira; FERNANDES, Cláudia Monteiro. **Crianças e adolescentes no mercado de trabalho**. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET), 2000. (Coleção teses e pesquisas, v. 2).
- ALVES, Josilene Santos; SANTOS, Bruna Martins. A evolução da mulher no mercado de trabalho: comparação entre ontem e hoje. **FABE em revista**, Bertioga, v. 8, 2016.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e Trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP, Ed. 34, 2000, p.13-58.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A, 2009.
- BADINTER, Elisabeth. **Émilie, Émilie**. A ambição feminina no século XVIII./Elisabeth Badinter. Tradução de celeste Marcondes. São Paulo: Discurso Editorial: Duna Dueto: Paz e Terra, 2003.
- BALTAR, P.; LEONE, E. T. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233 – 249, jul./dez. 2008.
- BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1996. v. 1. p. 483-516.

CARREIRA, Denise (Coord.). **Igualdade de gênero no mundo do trabalho: projetos brasileiros que fazem a diferença**. São Paulo: Cortez, 2004.

CIRINO, J.; LIMA, J. E de. Determinantes da Participação Feminina no Mercado de Trabalho: uma Comparação entre os Sexos e entre os Mercados das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 1, p. 165-182, jan./ mar. 2011.

CORRÊA, Patrícia Santiago de Medeiros; CORREIA Liziane Pinto. Faces do desemprego no Brasil: Qual é a questão de gênero? In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO & INOVARSE – RESPONSABILIDADE SOCIAL APLICADA. 12., 13., 2016, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, set. 2016. p. 1-16,.

COUTO, Josefina Fernádes. **Las otras feministas**: La mujer cuáquera Lucrecia Mott, Susan B. Anthony y Elizabeth Fry. Grupo Cuáquero de Madrid. Sección de Europa y del Medio-Oriente del Comité Mundial de Consulta de los Amigos. 1996

COGGIOLA, Osvaldo. **A segunda guerra mundial**: causas, estruturas, consequências. Livraria da Física. 2015.

COSTA, L. Aumento da participação feminina: um tentativa de explicação. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1990. v. 2. p. 231-243.

DEZORDI, L.L. A lei de Okun para a economia brasileira: 2002-2010. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.4, n. 5, julho 2011.

FRANÇA, Ana Leticia; SCHIMANSKI, Édina. **Mulher, trabalho e família**: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar. Emancipação, Ponta Grossa, 2009. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em: 20 out. 2017.

GONZALES, C.; CHANDRA, S.J.; KOCHHAR, K.; et al. **Catalyst for Change**: Empowering Women and Tackling Income Inequality. IMF Staff Discussion Note. International Monetary Fund. 2015. Disponível em <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2015/sdn1520.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2017.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Presença feminina no Mundo do trabalho**: história e atualidade. **Revista Rede de Estudos do Trabalho**, n .1. 2007.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 846 p.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HUNT, Lynn. Revolução francesa e vida privada. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da vida privada**. Tradução Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População das Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento e Aglomerações Urbanas com mais de Um Milhão de Habitantes**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>> Acesso em: 17 jan. 2018.

KAZANDJAN, R.; KOLOVICH, L.; KOCHHAR.; NEWIAK, M. **Gender Equality and Economic Diversification**. IMF Working Paper. International Monetary Fund. Outubro de 2016. Disponível em <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2016/wp16140.pdf>> Acesso em: 20 nov 2017.

MALTA, Cynthia Guimarães Tostes. **Evolução dos direitos da mulher**. 2012. Disponível em: <http://www.geocities.ws/cynthiamalta/dirmul.html>. Acesso em: 16 jun. 2015.

MIRANDA, D. F.; GONÇALVES, L. C. Estudos da evolução do trabalho da mulher e a sua valorização no mercado de trabalho. **Revista Eletrônica Faculdade Montes Belos**, v. 7, n. 3, 2014.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NEIVERTH, Isete S.; ALVES, G. B. **Gravidez na adolescência e mudanças do papel social da mulher**. Paidéia. p. 229-240. 2003.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

Organização Internacional do Trabalho. **A OIT de relance**. Dez. 2007.

PED - Pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Salvador. **Mercado de trabalho na região metropolitana de Salvador em 2014**. Salvador, 2014.

PIOVEZAN, Adriane; GRASSI, Clarissa. Morte e guerra: o mausoléu dos mortos do Brasil na Primeira Guerra Mundial: Cemitério São João Batista (1928). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.8, p. 219-236, 2014.

PRIORE, Mary Del; Bassanezi; Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, 1997.

PROSBT, Renata Elisiana. **A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho**, 2003. Gestão Estratégica de Recursos Humanos, Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 05. Set. 2016.

ROCHADEL, Greicy Mandelli Moreira. **História do trabalho da mulher**. Âmbito Jurídico, 2007. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=3898](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3898)>. Acesso em 24. Set. 2016.

SOUZA, Elisangela Souza e SANTOS, Sylvania Pereira Dos. **Mulheres no Mercado de Trabalho: Um estudo com estudantes universitários de uma faculdade particular de São Paulo**, 2014. Disponível em:<<http://www.faceq.edu.br/e-faceq/downloads/numero03/3-mulheres-no-mercado-de-trabalho-um-estudo-de-caso.pdf>>. Acesso em: 12. Set. 2016.

SOBRINHO, Joaquim Lustosa. **A participação política da mulher**. R. Inf. Legisl. Brasília. A 25 n. 100. out./dez. 1988.

SENA, Maria Leidiane; Pinto, Ludiane Dinair; et al. A inserção da mulher no mercado de trabalho: reflexões teóricas a partir das desigualdades de gênero. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015. São Luiz. **Anais...** São Luiz, 2015.

SILVEIRA, D.T.; Córdova, F.P. A pesquisa científica. In: Gerhardt, T. E.; Silveira, D.T. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009.

SCHMIDT, J. F. **As mulheres na Revolução Francesa**. Revista Thema. v. 09. n. 02. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

WOETZEL, Jonathan; ANU Madgavkar, KWEI; et al. **The Power of Parity: Advancing Women's Equality in India**. McKinsey Global Institute. 2015. Disponível em: <[www.mckinsey.com/global-themes/employmentand-growth/how-advancing-womensequality-can-add-12-trillion-to-globalgrowth](http://www.mckinsey.com/global-themes/employmentand-growth/how-advancing-womensequality-can-add-12-trillion-to-globalgrowth)> Acesso em: 20 out. 2017.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Trad. de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZAMARIOLLI, Marlene Mota. **A Mulher na Política**. Disponível em <[www.portal.santos.sp.gov.br](http://www.portal.santos.sp.gov.br)>. Acesso em: 08 dez. 2017.